Concurso Público n.º 29-2020

Aquisição de material de colheita, plástico e outro material de consumo, para consumo nos diferentes laboratórios do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Caderno de Encargos

Índice

José António dos Santos Domingos
Assinado de forma digital por José António dos Santos Domingos
Dados: 2020.05.29 17:09:22 +01'00'

Capítulo I – Disposições gerais

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I - Disposições gerais

Subsecção II - Dever de sigilo

Secção II - Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Capítulo IV - Caução

Capítulo V - Resolução de litígios

Capítulo VI - Disposições finais

Anexo Técnico

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de **13 (treze) lotes** de material de colheita, plástico e outro material de consumo, para serem utilizados nos diferentes laboratórios do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., adiante designado INSA, I.P..
2. O presente procedimento insere-se no CPV 33140000-3 Material de Consumo Clínico, nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª
Preço Base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de **26.130,00€** (*vinte e seis mil centro e trinta euros*), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, sendo este entendido como o preço máximo que o INSA, I.P., se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o fornecimento dos bens.
2. As propostas serão adjudicadas com referência aos lotes adiante indicados, de acordo com o preço base aplicável a cada lote:

Lote	Valor Lote €
1	600,00 €
2	1.300,00 €
3	400,00 €
4	4.900,00 €
5	650,00 €

Lote	Valor Lote €
6	7.400,00 €
7	150,00 €
8	1.800,00 €
9	1.300,00 €
10	950,00 €

Lote	Valor Lote €
11	5.200,00 €
12	1.300,00 €
13	180,00 €

Cláusula 4.ª
Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público, podendo o INSA, I.P., fixar datas de entrega na nota de encomenda ou por solicitação do laboratório após emissão da nota de encomenda, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2 Sem prejuízo do disposto no número anterior, o fornecimento dos bens terá de ocorrer, impreterivelmente, até 31 de dezembro de 2020.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I
Obrigações do adjudicatário

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.ª
Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
b) Obrigação de garantia dos bens;
c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O adjudicatário é responsável perante INSA, I.P., por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do INSA, I.P., situadas no Porto, Águas de Moura e Lisboa, mediante solicitação do INSA, I.P., se outro não for solicitado na nota de encomenda, de acordo com as necessidades do INSA, I.P.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 15 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Após a verificação referida no número anterior, o INSA, I.P., pode:
   a) Receber o bem;
   b) Rejeitar o bem por apresentar deficiências de qualidade;
   c) Aceitar o bem mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.
3. No caso previsto na alínea b) do número anterior, o adjudicatário fica obrigada à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.
4. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição do bem que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
5. A rejeição do bem disponibilizado nos termos do presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
6. A rejeição do bem por parte da entidade adquirente pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a

situação em causa se encontre regularizada, ficando o adjudicatário obrigado à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.
8. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao INSA, I.P., toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 9.ª
Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, o INSA, I.P., deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo INSA, I.P., às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o INSA, I.P., procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.
4. Caso haja uma segunda inconformidade dos bens nos termos dos números anteriores, poderá o INSA, I.P., resolver o contrato com base nesse fundamento, sendo o adjudicatário responsável nos termos gerais definidos na lei e no contrato.

Cláusula 10.ª
Aceitação dos bens

1. Caso os testes solicitados a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, e após validação técnica (assinatura da respetiva guia de remessa ou guia de transporte) por parte do laboratório, os bens consideram-se devidamente aceites.
2. Com a aceitação do bem a que se refere o numero anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o INSA, I.P., bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A aceitação do bem a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª
Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 2 anos, se outro prazo não for específico do bem a adquirir, a contar da data de aceitação dos bens, contra quaisquer defeitos

ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo técnico ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2. A garantia prevista no número anterior abrange:

a) O fornecimento, componentes ou bens reparados ou substituídos;

b) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o INSA, I.P., tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.

4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo INSA, I.P., e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 13.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao INSA, I.P., de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.ª
Gestor do Contrato

O órgão competente para a decisão de contratar designou como gestor do contrato, o técnico superior Mário Rodrigues, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, através da medição dos níveis de desempenho do contratante, a execução financeira, técnica e material.

Secção II
Obrigações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

Cláusula 16.ª
Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o INSA, I.P., deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo INSA, I.P., nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo INSA, I.P., das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e enviadas para o email: fornecedores@insa.min-saude.pt.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do INSA, I.P., quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III
Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 18.ª
Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o INSA, I.P., pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 20% do valor contratual;

b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 20% do valor contratual;

c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 20% do valor contratual;

d) Pelo incumprimento por inconformidade dos bens fornecidos ao fim a que se destinam, nos termos da cláusula 8ª, até 20% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o INSA, I.P., pode exigir-lhe uma pena pecuniária prevista no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso ou inconformidade na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o INSA, I.P., tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. O INSA, I.P., pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o INSA, I.P., exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª
Resolução por parte do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o INSA, I.P., pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo INSA, I.P.

Cláusula 21.ª
Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes; ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao INSA, I.P., que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV
Caução

Cláusula 22.ª
Execução da caução

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP o adjudicatário está dispensado da prestação de caução, quando o preço contratual for inferior a 200.000,00€.
2. O INSA, I.P., poderá proceder à retenção de 10% (dez) do valor dos pagamentos a efetuar, como garantia de bom cumprimento das obrigações do adjudicatário.
3. Caso seja aplicável a prestação de caução e para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% do preço total contratualizado, com exclusão do IVA.
4. A resolução do contrato pelo INSA, I.P., não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
5. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 23.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 24.ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o INSA, I.P., venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontrante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 25.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável.

Cláusula 26.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.ª

Política de proteção de dados e de privacidade

1. A entidade adjudicante assegura que o tratamento dos dados pessoais se destina exclusivamente às finalidades de execução do contrato, sendo apagados no termo da sua vigência, e que, em situação alguma, os dados recolhidos serão utilizados para outra finalidade que não as ações necessárias ao âmbito do contrato.
2. A todo o tempo, a entidade adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, garante ao titular dos direitos pessoais o direito de acesso, retificação, atualização e apagamento dos seus dados pessoais mediante pedido escrito dirigido ao respetivo responsável pelo tratamento, através dos contactos disponibilizados para o efeito, ou para o endereço de correio eletrónico dpo@insa.min-saude.pt

Cláusula 28.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 29.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO TÉCNICO

1. A descrição dos parâmetros base do material assim como as quantidades, encontram-se descritos nas tabelas referentes aos lotes que a seguir se apresentam.
2. O presente procedimento corresponde a 13 lotes, devendo o concorrente responder a todos os produtos inscritos no lote específico a que o concorrente deseje concorrer, sob pena de exclusão.
3. A entrega será efetuada de acordo com o inscrito nas tabelas do INSA, I.P., Sede – Lisboa, CEVDI – Águas de Moura e CSPGF – Porto, disponíveis no respetivo site em http://www.insa.pt em "*Contactos*".
4. O adjudicatário deverá realizar o transporte, por si só ou por terceiros, de forma a garantir que os produtos não sofram qualquer alteração na sua composição, nomeadamente realizando o transporte com os meios adequados a cada produto e usando esses meios de forma adequada.
5. Relativamente às referências dos artigos indicadas na proposta de fornecimento, os concorrentes deverão ter em consideração o seguinte:
   5.1 É fundamental que as referências dos artigos, indicadas, na proposta de fornecimento, correspondam à referência que consta no catálogo indicado para avaliação da conformidade dos mesmos.
   5.2 No caso de aquela referência não constar no catálogo da marca nem do catálogo do adjudicatário, deverá ser indicada a correspondência inequívoca à referência de um destes dois.
   5.3 No caso de esta correspondência não estar indicada, a avaliação da adequação do artigo proposto não será efetuada. Neste caso o júri concluirá pela impossibilidade de avaliação da proposta ou do artigo proposto, em virtude de apresentação dos respetivos atributos, constituído causa de exclusão da proposta ou do lote em questão, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
6. "O total INSA, I.P. número", refere-se a um número que multiplicado pela coluna correspondente de "Apresentação Embalagens" irá corresponder à quantidade total pedida como parâmetro base pelo INSA, I.P.
7. A coluna abaixo indicada – "apresentação de embalagens" – não é parâmetro base deste Caderno de Encargos, pelo que não será critério de exclusão, podendo os concorrentes apresentar propostas com a sua diversa apresentação comercial desde que, sob pena de exclusão:
   a) A apresentação comercial dos bens, proposta pelo concorrente permita a entrega nos diversos locais de entrega definidos neste anexo I;
   b) As quantidades totais propostas pelos concorrentes sejam iguais ou superiores às pedidas neste anexo I, não prejudicando contudo a conveniência e a gestão da metodologia de trabalho nos diferentes Departamentos e Unidades do INSA, I.P., designadamente, concentrações químicas e/ou distribuição de quantidades do bem proposto.
8. Por "parâmetro base", nos termos da lei, entende-se requisitos essenciais de cumprimento pelo concorrente, e pelo adjudicatário, sob pena de exclusão da proposta no lote a que concorre, ou sob pena de incumprimento contratual, consoante o caso.
9. A coluna com a indicação da Unidade não é passível de ser alterada.
10. O preço base por lote corresponde ao valor máximo a pagar pelo lote pelo adjudicante, sendo excluídas todas as propostas que ultrapassarem o preço base de cada lote.
11. O adjudicatário deverá entregar os reagentes constantes da tabela infra com um prazo de **validade mínimo de seis meses a contar da data de entrega.**

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
1	1	2030010014	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Agulha hipodérmica 1,2mmx40mm-18Gx1 1/2"	nº de queixas por parte de utentes 1 em cada 10		Unidade	100 U	10	10			
1	2	2030010006	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Agulha hipodérmica 0,6mmX25Mm-23Gx1", tipo Terumo	estéril e embalada individualmente, tipo Terumo. Nº de queixas por parte de utentes 1 em cada 10		Unidade	100 U	3	3			
1	3	2030010010	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Agulha hipodérmica 0,8mmX25mm-21Gx1", tipo Terumo	estéril e embalada individualmente, tipo Terumo. Nº de queixas por parte de utentes 1 em cada 10		Unidade	100 U	70	70			
1	4	2030010013	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Agulha hipodérmica 0,9mmX25mm-20Gx1", tipo Terumo	estéril e embalada individualmente, tipo Terumo. Nº de queixas por parte de utentes 1 em cada 10		Unidade	100 U	5	5			**600,00 €**
1	5	2030010004	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Agulhas apirogénica 25 G x 5/8``; 0,5 x 16 mm	estéril e embalada individualmente		unidade	100 U	5	5			
1	6	2030010017	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Seringa de 1 mL s/agulha disposable 3 peças	Em PP; Esterilizadas com óxido de etileno; Embalagem individual; Êmbolo de borracha; Bico descentrado; Atóxica; Apirogénica.		Unidade	1 X 100 U	10	10			
1	7	2030010020	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Seringa de 5 mL, Luer, s/agulha disposable 3 peças	Em PP; Esterilizadas com óxido de etileno; Embalagem individual; Êmbolo de borracha; Bico descentrado; Atóxica; Apirogénica.		Unidade	1 X 100 U	32	32			

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
1	8	2030010005	Material Consumo Clínico	Tratamento	Agulhas e seringas	Seringa de 10 mL, Luer, s/agulha disposable 3 peças	Em PP; Esterilizadas com óxido de etileno; Embalagem individual; Êmbolo de borracha; Bico descentrado; Atóxica; Apirogénica.		Unidade	1 X 100 U	42	42			
2	1	2030020023	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Sistema p/colheita de fezes c/ adaptador em papel para sanita		Sampler Faeces colection Kit	Unidade	1 U	300		300		**1.300,00 €**
3	1	2030020058	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Suporte para armazenamento de tubos do tipo DigiTUBE de 50 mL	Suporte para armazenamento de 24 tubos do tipo DigiTUBE de 50 mL após digestão, empilhaveis.	Rack, Storage, for 50ml DigiTUBE	Unidade	5 U	1	1			**400,00 €**
4	1	2030020046	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo CPT, 8 mL, c/16x125mm em vidro c/ citrato sódio	para isolamento de células mononucleares a partir de sangue total		Unidade	60 U	3	3			**4.900,00 €**
4	2	2030020108	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo CPT, 4mL c/ 13X100mm em vidro c/ citrato de sódio	para isolamento de células mononucleares a partir de sangue total		Unidade	60 U	13	13			

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
5	1	2030020032	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Toalhetes desinfectantes p/ laboratório	Impregnados c/ 72,9% de alcool etanol desnaturado e 1% de Digluconato de Clorexidina. - Bactericida : NF EN 1040 - NF T 72.151 - NF T 72.170 - NF T 72.190 - Fungicida : NF EN 1275 - NF T 72.201 - NF T 72.190 - Viricida activo Herpes, Hepatite B e HIV 1 (in vitro). Apresentado em rolo pré-cortado de ±120 toalhetes, embalados em boião plástico com tampa dispenser.		Unidade	120 U	60	20	40		**650,00 €**
6	1	2030020014	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubos colheita p/ determinação da homocisteína, 75x13mm, 2,7mL	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette(50U*6) HCY-Z-Gel; em PP, Tampa rosca branca, com etiqueta	S-Monovette®HCY-Z-Gel, stability of HCY concentration for up to 96 hours after blood collection	Unidade	50 U	5		5		**7.400,00 €**
6	2	2030020004	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Colector de 100 a 120 mL p/amostras de fluidos biológicos (urina) em PP, graduados	Com tampa de rosca, esteril., embal. Individual/(200U)		Unidade	1 U	1200		1200		
6	3	2030020047	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo Citrato de Sódio, 66x11mm-3mL em PP, tampa rosca verde, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	1100	500	600		

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
6	4	2030020027	Material Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	CONJUNTO P/COLHEITA/TRANSPORTE URIN, TIPO URINE-MONOVETTE KIT	Conjunto para recolha, transporte, centrifugação e manipulação de urina tipo II. Deve incluir o contentor de 100 mL, o tubo para centrifugação de 10 mL e o transferidor para manipulação da amostra em condições de segurança biológica. (512 U)		unidade	1 X 50 conj	50	50	475,00 €		
6	5	2030020048	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo EDTA, 66x11mm-2,7 mL, em PP, tampa rosca vermelha, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	6050	3000	3000	50	
6	6	2030020050	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo Heparina-Litio 66x11mm-2,7mL em PP, tampa rosca laranja, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	1200	200	1000		
6	7	2030020053	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo soro gel, 75x15mm-4,7mL em PP, tampa rosca castanha, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	12600	12000	600		
6	8	2030020054	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo soro gel, 92x15,3mm-7,5 mL, PP, tampa rosca castanha, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	6550		6500	50	

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
6	9	2030020015	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Agulha hipodérmica 0,6mmx19mm-23Gx3/4"-Nº16, c/aletas, p/S-monovette	Compatível com sistema fechado de colheitas S-Monovette (100U)		Unidade	1 U	1000	1000			
6	10	2030020003	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo p/ colheita de sangue c/ CPDA1, 92x15mm de 8.5mL	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	250		250		
6	11	2030020018	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	AGULHA HIPODERMICA Ø0,8MMX25MM-21GX1 P/SISTEMA S-MONOVETTE	nº de queixas por parte de utentes 1 em cada 10		Unidade	1 U	1000	1000			
6	12	2030020029	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Garrotes			Unidade	1 U	10		10		
6	13	2030020078	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubos pediátricos 66x8mm,c/ gel p/ soro, 1100µL	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	100	50	50		
6	14	2030020081	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo fluoreto 66x0,8mm-1,2mL em PP, tampa rosca amarela, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	1000		1000		
6	15	2030020031	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo Heparina-Litio 16x92mm-9,0mL, tampa rosca laranja, c/etiqueta	Para sistema fechado de colheitas S-Monovette (10*50U)		Unidade	1 U	300		300		

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
6	16	2030020008	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubo 4,5 mL, PP, transp., fundo redondo, c/tampa de rosca, 75mm/12mm	Os tubos deverão ser apropriados para armazenamento de soros/plasma no frio (2-8ºC) limitando derrames. Autoclavável até 121°C. (2000U)		Unidade	1 U	8000		8000		
6	17	2030020010	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Suporte p/ 50 tubos; 209x109x45mm, em plástico de cor azul	Adequado p/ tubos de tipo S-Monovette até Ø16 mm e tubos normais até Ø17 mm	Rack D17 without handles	Unidade	1U	2		2		
7	1	2030020030	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Suportes para tubos de ensaio, 72 (6×12) tubos de 16 mm, 127,3×250,6×73 mm			Unidade	1 U	3	3			**150,00 €**
7	2	2030020038	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Suporte p/ tubos em PP, 60 (5×12), 13 - 16 mm, 246×104×64 mm	Resistentes ao calor até 121 °C, autoclaváveis; marcações alfanuméricas das posições ; Empilháveis; 60 orificios (5*12)		Unidade	1 U	3	3			
7	3	2030020026	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Suporte p/ tubos em PP, ϕ25-30 mm, vermelho, 21 tubos, 246×104×64 mm;	Resistentes ao calor até 121 °C, autoclaváveis; marcações alfanuméricas das posições ; Empilháveis; 21 orificios (3*7)		Unidade	1 U	2	2			

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
8	1	2030020071	Material de Consumo Clínico	Tratamento	Colheita	Tubos p/ colheita e estabilização de sangue p/ extracção de RNA, tipo Tempus	Cada tubo, Tempus blood RNA tube, contem 6 mL de reagente p/ estabilizar as moléculas de RNA a partir de sangue total. A lise ocorre de forma imediata. Preserva o perfil de expressão global durante 5 dias à temperatura ambiente. Para utilização com tubos p/ colheita , tipo Tempus.		Unidade	50 U	2	1	1		**1.800,00 €**
9	1	2030020017	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Colheita	CR para colheita e transporte de amostras de ácido nucleicos da mucosa bucal	Colheita, transporte e preservação de células de mucosa bucal para extração de ácidos nucleicos	DNA Collection kit	Unidade	1 U	2	2			**1.300,00 €**
10	1	2020060518	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Microplaca 96 poços, tipo MicroAmp Optical 96-well reaction plates p/ ABI Prism	compatível com tampas p/ Microplaca 96 poços - tiras de 8, tipo MicroAmp Optical 8-cap strip		Unidade	10 U	15	15			**950,00 €**
10	2	2020060438	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Tampas p/ Microplaca 96 poços - tiras de 8, tipo MicroAmp Optical 8-cap strip	compatível c/ microplaca 96 poços, tipo MicroAmp Optical 96-well reaction plates p/ ABI Prism	MicroAmp optical 8-cap strip	Tira	300 tiras	9	9			

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
11	1	2020060052	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	CUVETES EM PLASTICO, PARA ESPECTROFOTOMETRIA DE ABSORCAO MOLECULAR 70-850 UL	Descartáveis, UV (200-400nm), trajectória óptica 10 mm, HC 8,5 mm, Dimensões externas 12,5x12,5x45mm Janela 2x3,5 mm, Com tampa em PE		Unidade	100 unidades	1	1			
11	2	2020060160	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Microtubo - tiras de 8 - 0,2 mL p/ PCR, transparentes e tiras individuais de tampa plana	parede fina, autoclavável, livre de Rnase, Dnase e Human DNA, côr neutra		Unidade	125 U	50	50			**5.200,00 €**
11	3	2020060244	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Ponta 200-1000 µL c/filtro extralonga (120mm), em caixa, esteril.	Compatível com micropipeta Gilson e Eppendorf. Livre de DNA, DNase/Rnase, apirogénica.		Unidade	8 X 100 U	19	14	5		
11	4	2020060579	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Criotubo 1,8 mL PP c/pérolas porosas vermelhas	Tipo Cryoinstant. Para conservação de estirpes em BANCOS por tempo indeterminado		Unidade	50 U	22	22			
12	1	2020060065	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Criotubo 2,0 mL PP, compatível com Arpege 70	O criotubo tem que servir no suporte do contentor de azoto líquido Arpege 70, resistência térmica -196ºC a +121ºC, estéreis, autoclaváveis e livres de RNases e Dnases		Unidade	250 U	6	6			**1.300,00 €**

											Pedido por área geográfica				TOTAL (Euros)
Lote	**Posição**	**Código**	**Grupo**	**Categoria**	**Sub-categoria**	**Descrição breve artigo (ser incluído como descrição do artigo no sistema)**	**Informação adicional**	**Descrição artigo inglês**	**Unidade**	**Apresentação embalagens**	**Total INSA número**	**SEDE**	**CGF**	**CEVDI**	**26 130,00 €**
12	1	2020060156	Material de Consumo Clínico	Laboratório	Plástico	Microplacas 96 poços PS,estéreis,apirogénicas,fundo plano, poço 350µL, c/tampa	Apirogénicas (com o certificado de despirogenação <0,005 EU/mL). Compatíveis com o leitor de microplacas Cambrex ELx808.		Unidade	50 U	4	4			
13	1	5010010016	Outro Material de Consumo	Animais	Manutenção	Água sólida Standard Bio, 75 mg			Miligrama (mg)	40*75 mg	1			1	**180,00 €**